

Editorial

A Revista Brasileira de Bioética percorreu seus dois primeiros anos de vida graças às gestões feitas pela sua direção junto ao do Ministério da Saúde (MS). Sem o apoio financeiro do governo brasileiro, pelas naturais restrições econômicas de uma entidade científica como a Sociedade Brasileira de Bioética, teria sido impossível o início da nossa caminhada editorial e acadêmica. Nunca é demais registrar que, por razões de conflito de interesse, entidades e revistas científicas que tratam de ética, devem ter o cuidado de manter distância com relação a patrocínios privados, por mais idôneas que sejam as instituições interessadas nesse apoio.

O trajeto até aqui percorrido não teria sido possível sem a compreensão da importância da bioética para o contexto do país, por parte de três ilustres brasileiros, honrados protagonistas de primeira hora da exemplar história sanitária pública nacional recente: o ex-Ministro da Saúde, Agenor Álvares da Silva; o diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia do MS – DECIT, em 2005, Reinaldo Guimarães; e o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do MS, em 2006, Moisés Goldbaum.

Por outro lado, a RBB não viveria sem o interesse dos autores dos trabalhos apresentados em suas páginas em publicar suas pesquisas e textos. Felizmente, é crescente o número de artigos recebidos, sempre tratados com especial cuidado, atenção e rigor pelos membros do Conselho Editorial. Gostaríamos de aproveitar também para estimular os pesquisadores e estudiosos interessados em contribuir com as diferentes seções da revista, especialmente Resenha de livros e Atualização científica. A seção Teses, dissertações e monografias, por outro lado, depende do interesse e boa vontade dos coordenadores dos diferentes cursos de pós-graduação em bioética do país. Infelizmente, até agora, apesar da nossa insistência, apenas quatro instituições têm enviado as listas dos trabalhos defendidos e aprovados.

Neste primeiro número do Volume 3, a RBB apresenta aos leitores sete artigos. Os dois Artigos Especiais tratam de discussões bioéticas sobre documentos internacionais. O embaixador do Uruguai na França e também representante daquele país no Comitê Inter-Governamental de Bioética (CIGB) da Unesco, Héctor Gros Espiell, é um

notável estudioso do Direito Internacional e protagonista chave nas discussões bioéticas desenvolvidas na UNESCO nos últimos anos. No seu artigo compara a *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* com a recente *Declaración de Santo Domingo sobre Bioética y Derechos Humanos*, publicada na Seção Documentos. O segundo artigo especial, de autoria do presidente do VII Congresso Brasileiro de Bioética e professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, Paulo Antonio de Carvalho Fortes, analisa e compara as legislações brasileira e francesa, enfocando os direitos dos pacientes à informação e ao consentimento.

Os Artigos Originais começam com uma pesquisa sobre os problemas éticos verificados na atenção básica, a partir da visão de especialistas em bioética e profissionais de saúde, de autoria de Luana Torelli da Silva e Elma Zoboli, da Escola de Enfermagem da USP. O bioeticista e geneticista da Universidade Complutense de Madrid, Juan-Ramón Lacadena, apresenta um estudo sobre Bioética Global, a partir das idéias de Potter e Jonas. Compara pontos das teorias dos dois autores com pesquisas de opinião feitas pela Comunidade Européia, sobre temas relacionados à manipulação de embriões humanos e biotecnologia.

Seguem-se, dois artigos que relacionam bioética à espiritualidade e religião. Um deles, sobre o cuidado espiritual com o paciente terminal, das enfermeiras da Unisinos, Joseane de Souza Alves e Lucilda Selli, critica a falta de formação acadêmica dos enfermeiros diante de situações de final de vida, quando um indispensável conforto deve ser proporcionado ao paciente moribundo. Procurando estabelecer uma linha limítrofe de relação entre a bioética católica e a bioética laica, por meio da alteridade, Cícero de Andrade Urban, do Centro Universitário Positivo, de Curitiba, Paraná, aborda as razões da dicotomia entre a Bioética Católica, baseada no personalismo ontologicamente fundado, e a Bioética Laica Secular.

O artigo que "fecha" a revista, de autoria de Roberto Lauro Lana, da Faculdade de Medicina de Teresópolis, Rio de Janeiro, analisa o referendo popular como forma de consolidação da democracia, tendo como referência de análise a nova legislação portuguesa com relação à descriminalização do aborto. Boa leitura!

Os Editores